

## A CARGA FISCAL ENTRE 2011 E 2019 COM OS GOVERNOS PSD/CDS E PS, AS CLASSES SOCIAIS MAIS ATINGIDAS E O AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL DA FUNÇÃO PÚBLICA NO OE-2019 É DE 1,9% E NÃO DE 3,1% COMO AFIRMOU O MINISTRO

A controvérsia sobre o Orçamento do Estado para 2019, se ele aumenta ou diminui a carga fiscal, instalou-se no espaço público. A direita e alguns órgãos de comunicação social afirmam que se verificará em 2019 uma subida acentuada da carga fiscal. O JN de domingo (21/10/2018), por ex., colocou em caixa o seguinte título “Carga de impostos ainda é maior do que antes da troika”. Por isso, interessa analisar com objetividade esta questão, até para combater a manipulação/desinformação da opinião pública que está em curso. É o que se vai procurar fazer neste estudo de uma forma objetiva utilizando, para isso, os dados oficiais contantes dos relatórios dos OE do período 2011 /2019

### A CARGA FISCAL COM OS GOVERNOS PSD/CDS E PS, A SUA REPARTIÇÃO POR TIPO DE IMPOSTOS, E AS CLASSES SOCIAIS PREJUDICADAS E BENEFICIADAS

O quadro 1, com dados dos relatórios do Orçamento do Estado de cada ano, permite analisar a variação das receitas fiscais no período 2011/2019, e como elas se repartem pelos diferentes tipos de impostos, e que classes sociais foram prejudicadas/beneficiadas

**Quadro 1 – Variação das receitas fiscais e sua repartição no período 2011/2019**

IMPOSTOS	GOVERNO PSD/CDS		GOVERNO PS		Variação em % dos impostos durante o governo PSD/CDS 2011-2015	Variação em % dos impostos durante o governo PS 2015-2019	Variação em milhões € da receita de impostos no governo PSD/CDS 2011-2015	Variação em milhões € da receita de impostos no governo PS 2015-2019
	2011 Milhões €	2015 Milhões €	2016 Milhões €	2019 Milhões €				
1-IRS	9 758	12 693	12 393	12 905	30,1%	1,7%	2 936	212
2-IRC	5 021	5 247	5 193	6 336	4,5%	20,8%	226	1 089
3-Outros	53	302	328	448	470,5%	48,4%	249	146
<b>4 - IMPOSTOS DIRETOS (1+2+3)</b>	<b>14 831</b>	<b>18 242</b>	<b>17 913</b>	<b>19 689</b>	<b>23,0%</b>	<b>7,9%</b>	<b>3 410</b>	<b>1 447</b>
5-Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISPP)	2 321	2 238	3 434	3 643	-3,6%	62,8%	-84	1 406
6-IVA	13 108	14 834	15 313	17 499	13,2%	18,0%	1 726	2 665
7-Impostos sobre veículos	692	573	661	803	-17,2%	40,0%	-119	230
8-Imposto consumo tabaco	1 346	1 241	1 514	1 347	-7,8%	8,5%	-104	106
9-Imposto sobre bebidas alcoolicas (IABA)	175	182	187	295	4,1%	61,8%	7	113
10-Imposto diversos sobre o consumo			190				0	0
11-Imposto selo	1 479	1 337	1 376	1 684	-9,6%	25,9%	-142	346
12-Imposto único de circulação	165	286	311	395	73,2%	37,8%	121	108
13-Outros	46	50	55	281	8,2%	463,1%	4	231
<b>11-IMPOSTOS INDIRETOS (5+ .....+13)</b>	<b>19 332</b>	<b>20 742</b>	<b>23 041</b>	<b>25 947</b>	<b>7,3%</b>	<b>25,1%</b>	<b>1 410</b>	<b>5 204</b>
<b>12- RECEITA FISCAL (4+11)</b>	<b>34 164</b>	<b>38 984</b>	<b>40 954</b>	<b>45 635</b>	<b>14,1%</b>	<b>17,1%</b>	<b>4 820</b>	<b>6 651</b>
<b>13- IMPOSTOS DIRETOS EM % DAS RECEITAS FISCAIS</b>	<b>43,4%</b>	<b>46,8%</b>	<b>43,7%</b>	<b>43,1%</b>	<b>7,8%</b>	<b>-7,8%</b>		
<b>14-IMPOSTOS INDIRETOS EM % DAS RECEITAS FISCAIS</b>	<b>56,6%</b>	<b>53,2%</b>	<b>56,3%</b>	<b>56,9%</b>	<b>-6,0%</b>	<b>6,9%</b>		
<b>15-RECEITA FISCAL (Carga fiscal) EM % DO PIB</b>	<b>20,3%</b>	<b>21,7%</b>	<b>22,1%</b>	<b>21,8%</b>	<b>6,9%</b>	<b>0,5%</b>		

FONTE: Relatório do Orçamento do Estado 2010-2019 - Ministério das Finanças

Entre 2011 e 2015, com o governo PSD/CDS e “troika, o PIB, ou seja, a riqueza criada no país, a preços correntes, portanto sem deduzir o efeito da subida dos preços, aumentou apenas em 3.642,5 milhões € pois passou de 176.166 milhões € para 179.809 milhões € (a preços constantes, portanto deduzindo o efeito da subida de preços, sofreu uma redução de 4.441,2 milhões €), segundo o INE, no entanto as receitas fiscais cresceram em 4.820 milhões € portanto mais 32,3% que o aumento do PIB (riqueza criada no país). Entre 2015 e 2019, com o governo do PS apoiado pelos partidos da esquerda, o PIB a preços correntes deverá crescer 29.639 milhões € pois passará de 179.809 milhões € para 209.448 (a preços constantes, o aumento do PIB deverá ser de 15.611 milhões €) segundo as previsões do governo, e as receitas fiscais aumentarão 6.651 milhões €, portanto as receitas de impostos crescerão menos do que um quarto do aumento do PIB (riqueza criado no país).. Para além disso, entre 2011 e 2015, o emprego em Portugal diminuiu em 191.400, portanto os rendimentos do Trabalho diminuiram devido ao aumento do desemprego enquanto, entre 2015 e Ag/2018, o emprego aumentou em 251.500 o que determinou que os rendimentos do Trabalho tenham aumentado devido ao aumento do emprego. Entre 2010 e o 2015, a massa salarial total diminuiu de 40.079 milhões € para 38.842 milhões € (em 2013, ano do enorme aumento de impostos era 35.961 milhões €) tendo subido em 2016, só num ano, para 40.878 milhões €, que são últimos dados do INE.

Apesar das receitas fiscais terem aumentado, entre 2011 e 2015, em 4.820 milhões € e, entre 2015 e 2019, em 6.651 milhões €, a carga fiscal, medida em percentagem do PIB praticamente não aumentou: 21,7% do PIB em 2015; e 21,8% do PIB em 2019. Mas tudo isto não interessa à direita, e é ignorado por muitos jornalistas que falam dos impostos.

Se analisarmos a forma como foi a repartida a carga fiscal por classes sociais durante o governos PSD/CDS concluímos que ela foi muito diferente da verificada durante o governo do PS com o apoio dos partidos da esquerda. É o que se vai mostrar utilizando dados oficiais.

**Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

Durante o governo PSD/CDS a receita do imposto que mais aumentou foi o IRS tendo subido, entre 2011 e 2015, 30,1% (+2.936 milhões €). Como cerca de 91% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS são rendimentos do trabalho e pensões, é fácil de concluir que o alvo principal do governo PSD/CDS e da “troika” foram os trabalhadores e os pensionistas. E isto quando centenas milhares de trabalhadores foram lançados no desemprego sofrendo um corte brutal nos seus rendimentos. Durante o governo PS com o apoio dos partidos da esquerda (2015/2019), a receita de IRS aumentará apenas em 1,7% (+212 milhões €), e isto apesar do emprego ter crescido em 251,5 mil e, logo, o rendimento sujeito a IRS.

Em relação ao IRC, pago pelas empresas, enquanto, entre 2011 e 2015, com o governo PSD/CDS, a receita deste imposto aumentou apenas em 4,5% (+226 milhões €), com o governo PS (2015/2019) a receita deverá aumentar em 20,8% (+1.089 milhões €) segundo o OE-2019. O efeito do melhoramento da situação da economia é também aqui evidente, já que durante o governo PSD/CDS e “troika” assistiu-se a destruição maciça do aparelho produtivo e da economia nacional, e à venda a saldo a grupos estrangeiros das participações que o Estado detinha nas grandes empresas, tendo sido entregue a eles, o controlo de empresas estratégicas para o desenvolvimento e independência do país (CIMPOR, EDP, REN, GALP, PT).

Os dados oficiais mostram de uma forma clara a diferença de interesses de classe defendidos pelo governo PSD/CDS/“troika” e pelo governo PS apoiado pelos partidos da esquerda a nível de política fiscal: durante o governo PSD/CDS/troika assistiu-se ao massacre dos rendimentos do trabalho e das pensões; no governo PS apoiado pelos partidos da esquerda verificou-se um esforço sério para aliviar os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas do enorme aumento de IRS a que tinham sujeitos pelo governo anterior.

O aspeto mais negativo da política fiscal do atual governo resulta de assentar numa subida acentuada (+5.204 milhões €) do peso dos Impostos Indiretos nas receitas fiscais que, entre 2015 e 2019, passa de 53,2% para 56,9% das receitas totais. E como se sabe, os Impostos indiretos (ISPP, IVA, IS, IT) são mais injustos sob o ponto de vista fiscal, porque não atendem ao rendimento das pessoas (um rico e um pobre compram o mesmo maço de cigarros e pagam o mesmo imposto, apesar de terem rendimentos completamente diferentes), enquanto os Impostos diretos (IRS, IRC) são mais justos pois estes têm em conta a dimensão do rendimento do contribuinte. Portanto, com o atual governo registou-se, a nível da repartição dos Impostos diretos/Impostos indiretos, um agravamento da injustiça fiscal, visando aliviar os rendimentos do trabalho e as pensões da enorme carga fiscal a que estavam sujeitos pelo PSD/CDS.

#### **A DESPESA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AUMENTA APENAS 1,9% EM 2019, E NÃO 3,1% COMO DISSE O MINISTRO DAS FINANÇAS, CAI A DESPESA COM EDUCAÇÃO E O SNS SOFRE**

A principal razão utilizada publicamente pelo atual governo para não satisfazer as reivindicações dos professores relativamente às progressões nas carreiras e para não aumentar, em termos reais, as remunerações dos trabalhadores da Função Pública é que isso determinaria um aumento incontrolável na despesa do Estado. Mas isso não é verdade.

#### **Quadro 2 – Variação das despesas com pessoal e das transferências para o SNS-2018/19**

DESPESA POR ÁREAS	2018 Milhões €	2019 Milhões €	Variação em %	Variação Milhões €	Quadros do Relatório onde estão os dados
<b>1.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL -Despesa total com pessoal</b>	<b>16 578,5</b>	<b>16 890,5</b>	<b>1,9%</b>	<b>312</b>	Quadro VI.1.6 pág. 237 Relatório OE-2019
1.1- Ensino básico e secundário - Despesa com pessoal	4 801,3	4 607,3	-4,0%	-194	Quadro VI.1.7 pág. 238 Relatório OE-2019
1.2-Saúde- Despesa com pessoal	4 081,4	4 238,7	3,9%	157,3	Quadro VI.1.10 pág.242 Relatório OE-2019
<b>2-ADMINISTRAÇÃO LOCAL - Despesa com pessoal</b>	<b>2 672,0</b>	<b>2 752,0</b>	<b>3,0%</b>	<b>80</b>	Quadro VI.1.7 pág. 238 Relatório OE-2019
<b>3-SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - Transferências do OE-2019</b>	<b>8 812,3</b>	<b>9 027,7</b>	<b>2,4%</b>	<b>215,4</b>	Quadro VI.13.1 pág. 168 Relatório OE-2019

FONTE: Relatório Orçamento do Estado - 2019 - Ministério das Finanças

Os dados do governo constantes Relatório do OE-2019 (quadro 2) revelam que, entre 2018 e 2019, o aumento na despesa com pessoal da Administração Central é apenas de 1,9% (progressões, mais trabalhadores, atualizações?!) e não de 3,1% como afirmou o ministro das Finanças; a da Administração Local, subirá 3% mas não é paga pelo O.E.; mas a despesa com pessoal da Educação diminuirá em 4% (-194 milhões €) e o aumento nas transferências para o SNS é de 2,4% manifestamente insuficiente para fazer face às suas graves carências, incluindo a dívida acumulada que é muito elevada (803 milhões € em dívida há mais de 90 dias em Agosto de 2018).

**Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) , 22-10-2018**

**Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) pág. 2**